

CIDADANIA: longa e sistemática conquista

Maria das Graças Targino*

MORIGI, Valdir José; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. (Org.). **Comunicação, informação e cidadania:** refletindo práticas e contextos. Porto Alegre: Sulina, 2011. 269 p.

O termo “cidadania” parece estar em voga nos últimos anos. Nunca se falou tanto no assunto, de uma forma tão diversificada, e por agentes tão distintos na sociedade. É a cidadania dos eleitores em épocas de eleições; é a cidadania do consumidor, que não pode ter seus direitos lesados; é a cidadania dos sujeitos urbanos, que devem seguir as regras de boa convivência dentro do espaço da cidade; a cidadania dos migrantes, que devem ter respeitado seus hábitos e sua cultura diferenciados dos do local em que habitam; a cidadania dos grupos ditos minoritários, como os *gays*, os negros, as prostitutas, que não devem ser discriminados por sua condição social, racial e sua orientação sexual; a cidadania a qual os meios de comunicação [...] se autorreferenciam como propagadores. Enfim, o termo disseminou-se e tem-se feito cada vez mais presente nos debates públicos, especialmente naqueles encabeçados pelos meios de comunicação. (LOPES; SILVA, 2011, p. 35).

Iniciamos nosso texto com uma fala de dois dos 28 autores desta coletânea. Isto porque, são palavras bastante expressivas para representar a diversidade da palavra cidadania e, sobretudo, o intuito de “**Comunicação,**

informação e cidadania: refletindo práticas e contextos”, publicação que explora a cidadania como elemento-chave de sobrevivência ou para a sobrevivência de uma sociedade contemporânea mais humana, coerente, coesa e atenta às questões ambientais. E obviamente a sonhada cidadania não se constrói de forma isolada: comunicação e informação – em sua polissemia e / ou nas correntes teóricas controversas que percorrem – são “cúmplices” para a consecução do sonho de quem quer que persiga a plenitude cidadã.

Por outro lado, apesar de o eixo central girar em torno da cidadania, a formação diferenciada dos autores (vinculados majoritariamente às instituições de ensino superior do Sul do Brasil) e a opção por metodologias qualitativas, as quais favorecem interpretações e leituras múltiplas, e, por conseguinte, mais ricas de significado, consistem em dois recursos que conduzem a discursos criativos e singulares. Por isto, concordamos integralmente com a prefaciadora Catarina Farias de Oliveira, no momento em que diz, com propriedade e objetividade, inexistir, ao longo dos 15 textos que perfazem a obra, qualquer tipo de “[...] imitação de uso mecânico na utilização do termo cidadania, mas uma recorrência crítica pontual e criativa” (p. 13) em consonância com

* Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (Brasil). Professora Formadora do Curso de Especialização em Mídias na Educação do Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação e TV Escola, mantido pelo Programa Nacional de Informática na Educação no âmbito da Universidade Federal do Piauí (Brasil). E-mail: gracatarmino@hotmail.com

as singularidades dos objetos de estudo em seus respectivos contextos.

E isto se torna ainda mais valioso diante da constatação de que a natureza dos “objetos-sujeitos” de todos os capítulos são trabalhadores no sentido estrito do termo. São grupos em situação de vulnerabilidade social (eufemismo para designar os marginalizados). São negros. São excluídos digitais. São vítimas dos regimes ditatoriais. São quilombolas. Isto é, invariavelmente, são integrantes de movimentos populares ou, no mínimo, homens comuns a quem os pesquisadores indagam como agem para se apropriar de espaços dignos que assegurem seus direitos como cidadãos. Não há vez para os representantes das classes elitistas, o que não significa dizer que os autores os rejeitem ou os neguem na escala de violenta estratificação social que paira em diferentes países, indo além do Brasil. Afinal, os estratos elitistas sempre existirão em oposição aos grupos minoritários ou em situação de vulnerabilidade. Trata-se tão-somente de um recorte... É a chance de se ter como atores sociais aqueles que não têm voz ou vez no dia-a-dia frente à decantada mercantilização da mídia por toda parte.

Diante das 269 páginas de “**Comunicação, informação e cidadania...**”, Editora Sulina (Porto Alegre), seu público-leitor – profissionais de praticamente qualquer campo do conhecimento, alunos de pós-graduação e de graduação, cidadãos preocupados com sua formação integral – pode traçar seu próprio percurso de leitura. Inexiste a linearidade. Cada uma das três grandes partes sobrevive, de forma isolada. Dentro de cada uma delas, os textos são compreensíveis, “livres” e independentes, no sentido de que comportam leituras não sequenciais. No entanto, há um fio condutor que une partes e textos – a mencionada relevância das práticas cidadãs como garantia à dignidade do homem –, o que constitui mérito dos organizadores Valdir José Morigi, Ilza Maria Tourinho Girardi e Cristóvão Domingos Almeida.

Sob esta ótica, no primeiro momento, sob o título genérico *Mídia, contextos organizacionais e democracia*, cinco textos enfatizam, respectivamente, a complexidade das organizações midiáticas comunitárias; a força das telenovelas para tratar de temas sociais; a questão

agrária; a responsabilidade social – expressão também em voga, na atualidade; e a relevância da extensão universitária na formação e na prática cidadã.

Indo além, a segunda grande parte de “**Comunicação, informação e cidadania...**”, *Práticas comunicacionais e cidadania. A rádio comunitária como prática de cidadania comunicativa* reúne mais seis textos. Fiel à intenção dos pesquisadores em trabalhar com abordagens multifacetadas, que confirmem a riqueza de possibilidades dos fenômenos sociais, a relevância da rádio universitária e de questões ambientais, por exemplo, são postas em evidência. Ademais, o último capítulo, ao relatar a experiência de produção do jornal *Boca de Rua*, veículo de comunicação de cidadãos em faixas etárias distintas (crianças, adolescentes e adultos), constata a expansão do denominado jornalismo cidadão. Controverso e polêmico, consiste em tendência que se fortalece nos cinco continentes, por meio de organizações não governamentais de caráter internacional e nacional, a exemplo do *Independent Media Center*, presente em torno de 60 países.

Por fim, como esperado, “**Comunicação, informação e cidadania**: refletindo práticas e contextos” não deixa de fora a realidade irreversível das tecnologias de informação e de comunicação na contemporaneidade. Sua terceira e última grande parte, *Ciberespaço e cidadania*, de forma indireta, chama a atenção, mais uma vez, para o jornalismo presente no espaço virtual, em portais, *sites*, *blogs* etc., o qual reúne traços da imprensa escrita, televisiva e radiofônica. Isto é, os quatro textos finais destacam as potencialidades das redes eletrônicas de informação visando ao acesso universal e, portanto, à redução do analfabetismo / exclusão digital. Entre os quatro textos, há interessante alusão aos *blogs* como estratégia de burlar a censura nos regimes totalitários, em especial, em Cuba, no sentido de fazer soar a voz silenciada da população.

Afinal, impossível relegar as mudanças ocorridas em todos os setores do cotidiano do homem moderno em sua luta rumo à cidadania. Se tudo, hoje, parece ter o sabor de tecnologia, modernidade, avanço e evolução, impossível olvidar que a cidadania é uma longa e sistemática conquista, diante da qual os acadêmicos não podem permanecer alheios ou indiferentes.